

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 921.252 - RJ (2016/0139999-5)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. -  
ELETRONUCLEAR  
ADVOGADOS : BASÍLIO FERREIRA RABELLO JUNIOR - RJ025100  
LEANDRO VELLOSO E SILVA E OUTRO(S) - RJ118202  
RUBEN MARCELO SILVA FERRAZ - RJ105175  
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS  
PROCURADOR : MARIA DE FÁTIMA RAMOS OLIVEIRA E OUTRO(S) -  
RJ113340

**DECISÃO**

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IPTU. EXIGIBILIDADE. SUSPENSÃO DA LIMINAR OUTRORA CONCEDIDA, COM FULCRO NO ART. 4º. DA LEI 8.437/1992. ANÁLISE DOS REQUISITOS. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDAMENTADO NA OBSERVÂNCIA DE MANIFESTO INTERESSE PÚBLICO E NA GRAVE LESÃO À ECONOMIA PÚBLICA QUE A DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA EM 1ª. INSTÂNCIA ESTÁ A CAUSAR. ANÁLISE INVIÁVEL EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento ao Recurso Especial interposto por ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR, com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

*AGRAVO. SUSPENSÃO DA LIMINAR. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 4º. DA LEI 8.437/92. INEXISTÊNCIA DE JULGAMENTO ULTRA PETITA. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

1) *Embora deva a apreciação do pedido suspensivo estar centrada na ocorrência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, a análise do mérito objeto do processo principal, ainda que num juízo mínimo de delibação, pode contribuir para a solução do incidente, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF - AgRg na STA 73/SP, Tribunal Pleno, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJ-e de 2.5.2008) e do Superior Tribunal de Justiça (AgRg na SLS n. 1.901/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/08/2014, DJede 27/8/2014).*

2) *No mandado de segurança de nº 0006018-*

87.2004.8.19.0003 (2004.003.006116-4), impetrado anteriormente, o pedido da Eletrobrás se limitava à discussão de crédito tributário cujo fato gerador se originou no ano de 2004, e a decisão no mencionado processo se deu com base na legislação vigente à época (Lei 1445/03), sendo que a Lei 2.228, de 28 de setembro de 2009, no seu artigo 2o., revogou expressamente o artigo 6o. da Lei 1445/03, o qual conferia o creditamento aos tomadores de serviços prestados por empresas ou profissionais autônomos regularmente inscritos no Cadastro Mobiliário de Contribuintes – no montante de até 30% (trinta por cento) do imposto sobre serviços comprovadamente pagos pelo prestador. O decreto regulamentador, sem fundamento de validade em lei específica, pois revogada neste ponto, teria normatizado direito que já não existia (art. 6º da Lei 1445/03 revogado pela Lei 2228/09, e Decreto 7359/2010 c/c 150 § 6o. da CRFB/88, e arts. 97, 99 e 176 do CTN).

3) O Município de Angra dos Reis juntou aos autos prova de perda vultosa da arrecadação (cerca de cinco milhões de reais por ano) em virtude da diminuição da alíquota, no percentual correspondente a 15% (quinze por cento) do total da arrecadação anual de IPTU pelo Município, a abalar a ordem econômica do ente federativo, máxime no cenário da crise atual.

4) Cumpre assinalar que os créditos que a empresa pretende ver reconhecidos judicialmente poderiam ser normalmente aproveitados, ao fim da ação, na hipótese de procedência de seu pedido. Por outro lado, a manutenção do direito ao depósito, na forma autorizada liminarmente pelo Juízo a quo, ocasiona, para o Município Réu, prejuízos que, naturalmente, repercutem na população. Desse modo, em virtude da supressão dessa receita, será necessário o contingenciamento de recursos de outras áreas, com o potencial desequilíbrio das finanças estaduais.

5) Configurados o manifesto interesse público e a grave lesão à economia pública que a decisão judicial proferida em 1ª instância está a causar, há de ser mantida a decisão agravada, com fundamento no artigo 4o. da Lei 8.437/92 (fls. 416/418).

2. Nas razões de seu Apelo Nobre, a parte recorrente sustenta, em suma, que o acórdão alvejado, na forma como acima sumariado, violou disposto no art. 4o. da Lei 8.437/1992, bem como o § 2o. do art. 273 do CPC/1973 e ultrapassou os limites impostos no artigo 4o. da Lei 8.437/1992 e na Lei 5.869/1973, gerando julgamento *ultra petita*.

3. Com contrarrazões (fls. 535/550), sobreveio juízo negativo de admissibilidade às fls. 561/574.

4. É o breve relatório.

5. O recurso não merece prosperar.

6. A Eletrobrás, Termonuclear S.A. – Eletronuclear buscou na origem reverter a decisão de fls. 24/34 que, com fundamento no artigo 4o. da Lei 8.437/1992, sustou os efeitos da decisão liminar concedida pelo Juízo da 1a. Vara Cível da Comarca de Angra dos Reis, nos autos do processo 0001168-38.2014.8.19.0003, na qual se determinou a suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao IPTU do ano de de 2014 e subsequentes, desde que realizado o depósito até a data do vencimento.

7. O acórdão recorrido, ao manter tal decisão, entendeu que, no caso, *estão configurados o manifesto interesse público e a grave lesão à economia pública que a decisão judicial proferida em 1a. instância está a causa, devendo ser mantida a decisão agravada, com fundamento no artigo 4o. da Lei 8.437/92* (fls. 426).

8. Ao que se verifica, o Apelo Raro busca, em última análise, a reapreciação dos requisitos legais para a suspensão de liminar por lesão à ordem pública e à economia, que traduz juízo político, hipótese que não pode ser revista em sede de Recurso Especial, conforme vem se posicionando a jurisprudência desta Corte. Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO POPULAR. INVIABILIDADE NA VIA EXTRAORDINÁRIA DA REFORMA DO JUÍZO POLÍTICO FEITO PELA PRESIDÊNCIA DO TJ/MS QUE SUSPENDEU A EXECUÇÃO DE LIMINAR. ART. 4º DA LEI N. 8.437/92.*

1. *Inexistente vício que imponha a anulação do acórdão recorrido, tendo em vista a Corte de origem ter se manifestado de forma clara e fundamentada sobre todas as questões necessárias ao deslinde*

*da controvérsia.*

2. *O juízo que avalia a possibilidade de lesão à ordem pública na suspensão de liminar é político e, por conseguinte, não sindicável na via do recurso especial.*

3. *A verificação das circunstâncias fáticas que propiciaram que o Tribunal a quo deferisse o pedido de suspensão esbarra no óbice da Súmula 7/STJ 4. Agravo conhecido para não conhecer do recurso especial. (AREsp. 539.753/MS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 10.9.2018).*

2 2 2

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. MEDIDA CAUTELAR. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO. OMISSÃO INEXISTENTE.*

1. *É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que não cabem embargos de declaração para que o STJ enfrente matéria constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.*

2. *Esta Corte Superior posicionou-se de forma clara, adequada e suficiente no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão de segurança, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o presente pedido de suspensão ostenta juízo político. Ademais, "ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão.*

*Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial" (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).*

3. *O art. 4º da Lei nº 8437/92 determina que "competete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas".*

4. *No presente caso, foi apresentada pelo Distrito Federal para suspender a eficácia de decisão proferida pelo Juiz de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal, nos autos de Ação de Recuperação Judicial, no sentido de excluir da Concorrência Pública nº 01/2011 - ST as linhas operadas pela empresa LOTAXI - Transportes Urbanos Ltda. A suspensão da licitação em relação às linhas operadas pela empresa recorrente inviabilizaria o processo licitatório, pois impediria a implantação do novo modelo de transporte público, no qual o DF seria geograficamente dividido em bacias ou lotes. Sendo a ordem do juiz de base apta a causar grave lesão à ordem pública, o ente público procurou o caminho da suspensão da segurança para impedir tal ato. Ou seja, a suspensão de segurança não foi utilizada como sucedâneo recursal, mas sim como instrumento legal apto a coibir decisão judicial flagrantemente prejudicial ao interesse público e apta a causar grave lesão à ordem e à economia públicas.*

5. *Ademais, o §6º do artigo 4º da Lei nº 8.437/92 é imperativo ao afirmar que "a interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo", ou seja, o alcance do recurso de agravo de instrumento e da suspensão de segurança são distintos, uma vez que nessa última, o Presidente do Tribunal exercerá juízo não meramente jurídico, mas principalmente um juízo político, decidindo sobre a ocorrência de lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, para suspender ou não os efeitos da decisão judicial.*

6. *Não houve análise do fato superveniente alegado, a uma porque tal fato (existência do Decreto nº 33.556/12) não é novo, datado de 1º de março de 2012, a duas porque o recurso especial sequer foi conhecido, o que impediria a análise de tal ponto. Mesmo que assim não fosse, o referido Decreto determina a continuidade da prestação de serviços de transporte coletivo público durante o período de transição para as novas concessões, enquanto o objeto do recurso especial é bem distinto: pretende-se que as linhas atualmente operadas pela recorrente sejam simplesmente excluídas da licitação, inviabilizando o certame. Dessa forma, o "fato novo" não influenciaria em nada o julgamento dos autos.*

7. *Por meio dos aclaratórios, é nítida a pretensão da parte embargante em provocar rejuízo da causa, situação que, na inexistência das hipóteses previstas no art. 535 do CPC, não é compatível com o recurso protocolado.*

8. *Embargos de declaração rejeitados.* (EDcl no REsp. 1.379.717/DF, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 18.11.2013).

2 2 2

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. MEDIDA CAUTELAR. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO. OMISSÃO INEXISTENTE.*

1. *É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que não cabem embargos de declaração para que o STJ enfrente matéria constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.*

2. *Esta Corte Superior posicionou-se de forma clara, adequada e suficiente no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão de segurança, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o presente pedido de suspensão ostenta juízo político. Ademais, "ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial" (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).*

3. *O art. 4º da Lei nº 8437/92 determina que "competem ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas".*

4. *No presente caso, foi apresentada pelo Distrito Federal para suspender a eficácia de decisão proferida pelo Juiz de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal, nos autos de Ação de Recuperação Judicial, no sentido de excluir da Concorrência Pública nº 01/2011 - ST as linhas*

*operadas pela empresa LOTAXI - Transportes Urbanos Ltda. A suspensão da licitação em relação às linhas operadas pela empresa recorrente inviabilizaria o processo licitatório, pois impediria a implantação do novo modelo de transporte público, no qual o DF seria geograficamente dividido em bacias ou lotes. Sendo a ordem do juiz de base apta a causar grave lesão à ordem pública, o ente público procurou o caminho da suspensão da segurança para impedir tal ato. Ou seja, a suspensão de segurança não foi utilizada como sucedâneo recursal, mas sim como instrumento legal apto a coibir decisão judicial flagrantemente prejudicial ao interesse público e apta a causar grave lesão à ordem e à economia públicas.*

5. *Ademais, o §6º do artigo 4º da Lei nº 8.437/92 é imperativo ao afirmar que "a interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo", ou seja, o alcance do recurso de agravo de instrumento e da suspensão de segurança são distintos, uma vez que nessa última, o Presidente do Tribunal exercerá juízo não meramente jurídico, mas principalmente um juízo político, decidindo sobre a ocorrência de lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, para suspender ou não os efeitos da decisão judicial.*

6. *Não houve análise do fato superveniente alegado, a uma porque tal fato (existência do Decreto nº 33.556/12) não é novo, datado de 1º de março de 2012, a duas porque o recurso especial sequer foi conhecido, o que impediria a análise de tal ponto. Mesmo que assim não fosse, o referido Decreto determina a continuidade da prestação de serviços de transporte coletivo público durante o período de transição para as novas concessões, enquanto o objeto do recurso especial é bem distinto: pretende-se que as linhas atualmente operadas pela recorrente sejam simplesmente excluídas da licitação, inviabilizando o certame. Dessa forma, o "fato novo" não influenciaria em nada o julgamento dos autos.*

7. *Por meio dos aclaratórios, é nítida a pretensão da parte embargante em provocar re julgamento da causa, situação que, na inexistência das hipóteses previstas no art. 535 do CPC, não é compatível com o recurso protocolado.*

8. *Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp. 1.379.717/DF, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 18.11.2013).*

11. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial da Empresa.

# *Superior Tribunal de Justiça*

12. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR